

NOTA DE REPÚDIO À INICIATIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE ATAQUE E DESMONTE DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, EM DEFESA DO SUS E DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Notícias veiculadas desde o início do mês de dezembro pela mídia denunciam que o governo federal tem a intenção de revogar portarias e atos normativos¹, o que pode significar o encerramento de diversos programas de saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS), afetando diretamente as estratégias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e muitos de seus programas e equipamentos, como os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), Consultório na Rua, Programa De Volta Para Casa, Serviços Residenciais Terapêuticos, a rede de apoio a pessoas usuárias de álcool e outras drogas, entre outros. Tal iniciativa constitui um ataque ao SUS, à Rede de Atenção Psicossocial, ao processo de Reforma Psiquiátrica brasileira, ao movimento da Luta Antimanicomial, e ao longo debate em torno de tais pautas, construído publicamente e com intensa participação de diferentes setores nas últimas três a quatro décadas.

Tais propostas de mudança estão em consonância com documento da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), subscrito apenas por associações majoritariamente médicas, intitulado “Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil”, divulgado em 04 de dezembro de 2020, que sugere a revisão do modelo assistencial em Saúde Mental brasileiro, e ataca o caráter multiprofissional, de base territorial e comunitária da atenção em saúde mental, amplamente estudado e recomendado, conforme aponta a Organização Mundial de Saúde (OMS).² A OMS e a Organização Pan-americana de Saúde reconhecem a Política Nacional de Saúde Mental brasileira, em curso no país desde os anos 1980, como referência na área, para o que é preconizado desde os anos 1950 (pela própria OMS) como modelo de base

1 AMADO, G. Governo Bolsonaro revoga portarias e encerrará programas de saúde mental no SUS. Revista Época. 6 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/governo-bolsonaro-revogara-portarias-encerrara-programas-de-saude-mental-no-sus-1-24782439>. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

AMADO, G. Documento do Ministério da Saúde lista portarias para revogação da saúde mental. Revista Época. 7 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/documento-do-ministerio-da-saude-lista-portarias-para-revogaco-da-saude-mental-1-24785623>. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

COLLUCCI, C. Governo Bolsonaro quer revogar portarias que sustentam política de saúde mental <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/12/governo-bolsonaro-quer-revogar-portarias-que-sustentam-politica-de-saude-mental.shtml> Acesso em 11 de dezembro de 2020.

2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2017). Atlas de Saúde Mental 2017. Genebra. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/evidence/atlas/mental_health_atlas_2017/en/ Acesso em 11 de dezembro de 2020.

comunitário contínuo na prevenção, promoção de saúde, tratamento, reabilitação e reinserção social em saúde mental. Tal documento da ABP, de princípio, não se embasa na produção da comunidade científica mundial e regional e, arbitrariamente, propõe um modelo de atenção à saúde mental sem diálogo multiprofissional, sem participação da sociedade civil organizada, e desconsidera o acúmulo dos debates público e democrático construído pelas Conferências de Saúde e de Saúde Mental ao longo de mais de três décadas no país.

Este cenário se configura como um desmonte significativo de conquistas no campo da Saúde Mental, como a ênfase no fortalecimento da autonomia e do protagonismo das pessoas usuárias da rede de saúde mental, resgate de seu lugar de reconhecimento social e do papel da comunidade, das famílias, dos vínculos territoriais e das pessoas próximas no processo de construção de saúde mental.

Cabe ainda indicar que a iniciativa do Ministério da Saúde reacende uma perspectiva de tratamento asilar e biomédica em saúde mental, em especial ao retomar como equipamentos prioritários os hospitais psiquiátricos, que foram alvo de tantas críticas ao longo da história, em função de processos como exclusão e apagamento das pessoas submetidas a diversas violações de direitos humanos, violência das práticas de institucionalização e de supostos tratamentos como o eletrochoque, alienação das famílias, entre muitos outros problemas sociais que se exacerbaram com tais processos de institucionalização.

Após as repercussões iniciais, a Associação Brasileira de Psiquiatria anunciou que teria havido uma deturpação de sua proposta na opinião pública, citando o termo “Fake News” para qualificar esta repercussão. No entanto, foi veiculado pela mídia que a pauta de revogação de cerca de cem portarias está prevista para a reunião da Comissão Intergestores Tripartite em 17 de dezembro de 2020, nas vésperas das férias do judiciário.

Diante de tal quadro gravíssimo, que ameaça a política de Atenção em Saúde Mental, pilar do Sistema Único de Saúde brasileiro, construída ao longo de décadas, com bases em processos democráticos, com intensos debates públicos, envolvendo a participação de diversos setores, manifestamos nosso total repúdio às iniciativas do atual Ministério da Saúde e chamamos atenção para os demais setores do serviço público para o nível e tipo de prejuízo que este cenário pode trazer.

Finalmente, repudiamos qualquer ato autoritário e reafirmamos nosso compromisso com o Sistema Único de Saúde, com a Rede de Atenção Psicossocial, com a democracia e com a

defesa da vida e dos Direitos Humanos. Agradecemos pelos apoios a esta manifestação.

11 de dezembro de 2020

Assinam e apoiam esta nota:

Coletivo Interuniversidades de Atenção Psicossocial e Assistência Estudantil

Coletivo LGBT Prisma - Dandara dos Santos, Universidade Federal do ABC

Coletivo Negro Vozes, Universidade Federal do ABC

Comissão de Políticas Afirmativas (CPAF), Universidade Federal do ABC

Comissão Permanente de Acessibilidade (COPA), Universidade Federal do ABC

Grupo de Pesquisa em Educação Especial e Inclusiva (GPEEI)

Grupo de Pesquisa “Resistências. Controle social, memória e interseccionalidades”

Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU)

Grupo de Pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3 PAC)

Núcleo Dança, Arte, Filosofia (DAAFI/UFABC)

Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do ABC
(NEAB/UFABC)

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Universidade Federal
do ABC (ProAP/UFABC)

Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC (SinTUFABC)